

## #meuprimeiroassédio: considerações sobre violência, gênero, feminismos e mídias

*#firstharassment: perspectives on violence, gender, feminisms and medium*

**Nicole Cristine Baumgarten**

---



### Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/8418>

DOI: 10.4000/pontourbe.8418

ISSN: 1981-3341

### Editora

Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo

### Referência eletrónica

Nicole Cristine Baumgarten, « #meuprimeiroassédio: considerações sobre violência, gênero, feminismos e mídias », *Ponto Urbe* [Online], 26 | 2020, posto online no dia 28 julho 2020, consultado o 05 agosto 2020. URL : <http://journals.openedition.org/pontourbe/8418> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/pontourbe.8418>

---

Este documento foi criado de forma automática no dia 5 agosto 2020.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

---

# #meuprimeiroassédio: considerações sobre violência, gênero, feminismos e mídias

*#firstharassment: perspectives on violence, gender, feminisms and medium*

Nicole Cristine Baumgarten

---

## NOTA DO EDITOR

Versão original recebida em / Original Version 01/05/2020

Aceitação / Accepted 09/07/2020

## Introdução

- 1 O presente relato etnográfico irá discutir as interfaces entre *violência, gênero e mídias*<sup>1</sup> à luz da campanha #meuprimeiroassédio, que ocorreu expressivamente em mídias sociais, como o *Twitter*<sup>2</sup>. A etnografia das publicações feitas no *Twitter* e dos jornais de grande circulação, que compõem a mídia comercial hegemônica (Almeida, 2013; Williams, 2016; Azevedo, 2018), demonstram como as categorias “assédio”, “abuso” e “vítima” estão sendo construídas na esfera pública, inclusive pelo “contra público” (Fraser 1990), compondo um cenário de disputa por tais categorias.
- 2 O problema de pesquisa começa no final de 2015. Durante a exibição do *reality show Masterchef Jr.*<sup>3</sup>, em que crianças, de nove a treze anos, competiam pelo título de melhor cozinheiro amador, alguns usuários do *Twitter* com muitos seguidores escreveram mensagens direcionadas a uma garota de doze anos na época<sup>4</sup>. Em tom jocoso, homens adultos escreveram ao público em suas páginas pessoais: “M, manda nudes”, “Se ela quiser não é pedofilia, é amor”, entre outros. Rapidamente as mensagens citadas geraram repercussão no *Twitter*, fazendo com que o *Think Olga*<sup>5</sup> começasse a “subir a tag meu primeiro assédio”. A campanha visava tornar públicos casos de violência sofridos

por garotas de idade próxima de M, ressaltando preceitos feministas como “a culpa nunca é da vítima”.

- 3 Rapidamente, a campanha teve um grande alcance e conseguiu trazer para os *feeds* daqueles que acompanham o *Masterchef* pelo *Twitter* a temática da violência de gênero e quão cedo mulheres podem ser vítimas de “assédio”. Diante dessa repercussão, a imprensa profissional passou a noticiar o ocorrido. Grandes veículos nacionais como *Folha*, *Globo*, *Estadão*, *Veja*, *Época*, *Valor*, *Uol*, *Huffpost*, *Carta Capital* (entre outros) comentaram o assunto em formato de notícias, reportagens e colunas de opinião. A imprensa internacional também deu atenção ao assunto: *BBC*, *The Guardian*, *Cosmopolitan* e *El País*. Deste modo, dediquei-me a analisar como categorias de *gênero* e *violência* foram elaboradas tanto por esses veículos, quanto nos relatos em primeira pessoa postados no *Twitter*.<sup>6</sup>
- 4 Transformar o tema de *tweets* publicados em perfis pessoais em um assunto nacional ou global é um processo não óbvio, não trivial e atravessado a todo o momento por configurações tecnológicas, que por sua vez não são neutras, mas políticas. O ato de *subir uma hashtag* significa pautar um problema na arena pública. E inquestionavelmente, a campanha o fez. Desde a sensacionalista chamada de que uma garota de 12 anos “havia sido vítima de pedofilia na internet” – que foi o tom que muitos dos veículos adotaram – até editoriais que compartilharam da narrativa da campanha, o tema foi pautado na imprensa de modo geral. E junto com essa tematização, algumas concepções de gênero e violência estão constantemente sendo construídas. A *#AgoraÉqueSãoElas* (leia-se “hashtag agora é que são elas”) foi um movimento midiático em que jornalistas homens cederam seu espaço para que mulheres falassem de violência de gênero em suas colunas. Essa hashtag foi uma consequência direta da campanha e mais adiante voltarei a essa coluna para explicitar esses processos de categorização da violência de gênero.
- 5 Destaquei e qualifiquei os ambientes midiáticos digitais onde a campanha reverberou porque esse é um aspecto importante do campo, que vem influenciando como a violência está sendo entendida e criticada por certos setores feministas brasileiros. É importante também destacar que longe de estarem apartadas, as duas faces do meu problema (*Twitter* e mídia comercial) de pesquisa se retroalimentam. Ambas as mídias produzem efeitos sociais, opinião pública, sensibilidades e sujeitos, ainda que suas tecnologias e funcionamentos possuam diferenças substanciais.

## Violência contra a mulher é um espectro

“9 anos, na banca de revista, o cara segura uma playboy na minha cara e diz: acho mais gostoso pegar vc do q ela! Congelei. #PrimeiroAssédio”  
(relato em primeira pessoa da campanha).

- 6 O relato citado acima serve de ilustração dentro de uma campanha que produziu mais relatos do que os olhos podem contar. No processo de analisar e sistematizar as categorias referentes à violência de gênero muitas vezes me vi, enquanto pesquisadora, me perguntando “eu já li esse relato antes?” diante da semelhança e da quantidade de relatos. Perceber a violência enquanto um elemento complexo, difícil de nomear, e que passa por muitos crivos sociais até ser entendida fez parte da tarefa de organizar e sistematizar essas histórias. Como Vigarallo (1998) aponta, a violência é uma categoria

relacional e percebida diante de construtos históricos específicos, e pode mudar. Coloco aqui a importância em levar a sério as definições de violência de acordo com minhas interlocutoras.

- 7 Como colocado anteriormente, o papel das tecnologias na construção de determinadas sociabilidades é central na definição do que é violência. O caso da campanha “meu primeiro assédio” é emblemático para pensar o que é ou não considerado violência, porque existe uma diferença entre os relatos em primeira pessoa postados no *Twitter* e o assédio então sofrido por M. Há uma diferença muito grande entre receber mensagens de cunho sexual pela internet e os incontáveis relatos de estupro dentro de casa que ficaram visíveis nos relatos do primeiro assédio. Como antropóloga, não pretendo criar qualquer tipo de gradiente em que se qualifiquem as violências entre menos ou mais graves. No entanto, é importante ressaltar que existem dois fatos diferentes que, em determinado momento, se encontram e acabam se confundindo: 1) a internet é um ambiente hostil para mulheres, e por isso, essa menina foi exposta e atacada; e 2) todas as possibilidades de violência de gênero que são expostas nos relatos da campanha.
- 8 Quero me deter um pouco aqui ao primeiro ponto. O que aconteceu com M foi algo tão cotidiano quanto os relatos presentes na campanha: ser ofendida na internet, esse espaço confuso, onde fronteiras são borradas e constantemente remarcadas e redefinidas. Ser ofendida, xingada, ameaçada, exposta na internet é um novo tipo de violência (Lins, 2019). Seguindo a linha argumentativa abordada nessa pesquisa de que o *Twitter* é um espaço de sociabilidade específico, mas não apartado do restante do mundo social (Miller e Slater, 2004; Parreiras, 2008; Lins, 2019), é muito fácil perceber como esse espaço rapidamente pode se tornar também um ambiente de violência. É frutífero, então, observar que M não foi a primeira e certamente não será a última pessoa a sofrer esse tipo de ataque. Talvez o mérito da campanha seja justamente reconhecer que mensagens, ou seja, palavras, podem ser também consideradas violência, expandindo a noção de agressão sexual, bem como perceber a importância do *Twitter* enquanto uma zona de sociabilidade em que violências podem ser sentidas. A possibilidade de articular novas sensibilidades é incitada através deste espaço de sociabilidade complexo, que borra as fronteiras entre o público e o privado e que muitas vezes não é nenhum dos dois. Foi especialmente no *Twitter*, e por causa do *Twitter*, que essa campanha aconteceu.
- 9 No texto “Meu nome é F<sup>7</sup>. E estou sendo ameaçada de morte por ser feminista” escrito no Blog do Sakamoto (UOL), durante a iniciativa #AgoraÉqueSãoElas, F conta sobre ser constantemente ameaçada de morte e sofrer com ofensas de cunho misógino, por ser autora de um blog feminista, ativo desde o começo dos anos 2000. A autora, professora universitária, aponta como, a partir do momento em que passou a postar diariamente sobre feminismo, foi apresentada diretamente à misoginia:

Um blog feminista com tanta repercussão também atrai os piores antifeministas que se pode imaginar. Antes do início dele, eu conhecia a misoginia, claro, mas não tinha ideia que a misoginia pudesse chegar a esse nível de obscurantismo.
- 10 A violência identificada e denunciada por F muito se aproxima com a sofrida por M: ataques e ameaças por vias digitais, totalmente atravessados pelo crivo de gênero. No entanto, F é uma mulher adulta e feminista. Casos como o dela são constantemente denunciados e comentados pelos meios digitais. Novamente, esse relato não pretende criar uma escala de violência, entre a ofensa menos grave até a mais grave e também

não pretende qualificar sujeitos entre mais ou menos vulnerabilizados e vitimados, mas apontar que em plataformas digitais, como o *Twitter*, este é um comportamento comum e muitas vezes, naturalizado e banalizado. O tratamento da presente situação como violência pela opinião pública é, de fato, uma novidade e merece nossa atenção.

- 11 O caso de M ter tomado tamanhas proporções é digno de nota: primeiro, o papel inegociável de *vítima* da garota e, segundo, o tipo e tamanho da audiência que um programa como o *Masterchef* tem. Todos que têm o hábito de acompanhar o reality junto às *tags* do *Twitter* viram a agressão acontecer e puderam observar a impossibilidade da garota se defender. A opinião de que essa garota de 12 anos, branca, loira, de olhos azuis, que cozinhou recreativamente foi vítima *de algo* era unanimidade tanto no *Twitter* quanto para a imprensa. Cyntia Sarti (2011) elabora a importância da figura da vítima na sociedade contemporânea, enquanto parte central nas narrativas de violência. M ser vítima nesse contexto é inegável, o que é central para que haja o reconhecimento de que, de fato houve um ato de violência nas mensagens.
- 12 Organizado por jornalistas, o perfil do *Think Olga* foi fundamental para propagar ainda mais o caso, fato determinante para que a situação fosse emplacada como um tema<sup>8</sup>. Como dito anteriormente, o processo para que algo seja tematizado na esfera pública não é simples ou neutro, e está constantemente em disputa. Neste contexto, a ação do *Think Olga* foi muito bem sucedida e abriu um flanco de discussões sobre gênero e violência que, sobretudo, tinha a característica de reconhecer outras práticas além da violência doméstica, tão bem demarcada no imaginário social como um exemplo de “violência contra a mulher”. Reconhecer que palavras e mensagens também podem ser um ato de violência não é trivial, ainda mais num país como o Brasil, que tem dificuldade de entender o corpo como um local de direitos. Teresa Caldeira (2000) aponta como a construção de cidadania brasileira não perpassa o corpo, criando *certo tipo de corpo político*. A autora chama este corpo de incircunscrito, justamente, por não haver nenhum tipo de circunscrição de direitos em torno dele. Caldeira também aponta o quanto essa percepção de um corpo que não é cidadão se intensifica a depender dos corpos, como nos casos de tortura policial, nos debates sobre pena de morte e na ideia construída em alguns imaginários midiáticos sensacionalistas em que os direitos humanos são tratados como “privilegio de bandidos”. Aqui, os marcadores sociais da diferença são centrais para compreender a construção de quem é ou não uma *vítima* digna de nota.
- 13 Diante destas considerações sobre os ataques a M, parto para uma análise mais detalhada das possibilidades de se nomear *violência*, trazidas pelos relatos da campanha e pela repercussão na imprensa. Nos relatos em primeira pessoa do *Twitter* existe uma preocupação muito grande em apontar uma violência naturalizada e escondida no cotidiano. Relatos como “no caminho da escola, sempre tinha medo das buzinas dos carros” ou “meu primo sempre passava a mão no meu corpo quando os adultos não estavam olhando” são comuns, e apontam que não se tratou de um evento específico, mas de uma rotina, em que aquelas violências estavam lá, mas que ninguém deu a devida importância no momento. O cotidiano é a chave de entendimento da maior parte dos relatos, ao trazerem situações normais da vida de jovens, como a presença de amigos dos pais em casa, amigos dos irmãos, que junto carregam alguma situação de violência. Muitas vezes o “medo” é acionado como uma experiência generalizada e totalizante de uma subjetividade feminina. Uma das perguntas ao começar o campo era “o que é chamado de assédio?”. Com ela, eu estava interessada em saber em que medida

as violências narradas nessas histórias poderiam ser estupros, diante das definições legais vigentes em 2015 (quando os relatos foram publicados): *constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso*<sup>9</sup>. A inquietação partia da hipótese de que “assédio” poderia ser um eufemismo para “estupro”, como aconteceu muitas vezes em que o termo foi maciçamente usado no debate público e pela mídia comercial no caso do médico Roger Abdelmassih (Almeida e Marachini, 2017), já condenado pelo estupro de 52 mulheres.

- 14 Para tanto, na tabela constavam duas colunas importantes: “pode ser estupro?” e “tipo de assédio”. Na primeira coluna, eu pretendia que as respostas fossem “sim” ou “não”, mas durante a sistematização dos dados alguns relatos deixavam dúvidas, justamente pelos textos não especificarem a violência ocorrida, privilegiando outros aspectos das histórias. O que fica mais claro ao olhar para a tabela é que as agressões que estão descritas em sua totalidade e não deixam dúvidas ou ambiguidades variam entre “houve contato físico” ou “não houve contato físico”, compreendendo essa nova dimensão da violência que não perpassa diretamente ao toque. Ou seja, no campo, observei a qualificação de dois tipos de violência pelas interlocutoras: com ou sem contato, mas de maneira alguma essas violências estão apartadas. No entanto, nos *tweets*, tudo aquilo que é considerado violência está sendo chamado de “assédio”, tornando impossível qualificar com precisão a categoria. A descrição precisa de atos não parece nada importante para as interlocutoras que compartilharam suas narrativas, mas as emoções sim. Portanto, o que está sendo chamado de “assédio” não é exato: uma gama de ações que vão desde comentários de desconhecidos na rua até estupros e agressões físicas brutais. O que a campanha parece apontar é que a violência contra a mulher é um espectro contínuo presente no cotidiano de “todas as mulheres” desde sempre.
- 15 Na mesma medida em que muitas coisas podem ser consideradas “assédio” pela campanha, percebo que *mais coisas* estão sendo consideradas como uma agressão ou um ato de violência. A esfera pública e a arena política estão passando por um processo de ressignificar práticas sexuais, moralidades e, conseqüentemente o que é violação de direitos. Carrara (2015) aponta como o consentimento tem se tornado uma chave, cada vez mais relevante, ao se legislar sobre a sexualidade. Por isso, aqui no contexto destes relatos, eu gostaria de pensar numa nova *sensibilidade* à violência, muito mais do que pensar como categorias legais são articuladas diante das demandas de movimentos sociais.
- 16 Quanto à demarcação da infância ou adolescência nas narrativas dos *tweets*, cabe lembrar que gênero e idade são definidos através de construtos históricos (Airès, 2006) dotados de implicações políticas e imbricados em relações de poder e do mesmo modo podemos pensar as categorias de violência (Moore, 2000). Deste modo, as categorias em torno do que é considerada uma agressão não justificada são constituidoras da definição de violência, deste modo, as relações de gênero são necessariamente relações de poder (Scott, 1990). Portanto, a campanha e suas reverberações legais<sup>10</sup>, como por exemplo a lei de importunação sexual (13.718/2018), são modos de constituir sujeitos e de identificar vulnerabilidades (Butler, 2004).
- 17 Assim, “assédio”, usado copiosamente no *Twitter*, e “pedofilia”, usado em muitos dos posicionamentos da mídia comercial, são termos problematizados e, acima de tudo, contextualizados. Percebo aqui essas categorias antes como modos de entender

relações do que construtos sólidos e inquestionáveis. A clivagem entre como cada agente dessa história escolhe nomear a violência é um forte indício de que talvez seja mais interessante nos atermos às relações que produzem tais categorias do que eleger definições conceituais rígidas. “Assédio”, como demonstrado, é uma categoria ainda muito ampla, em especial no discurso da campanha, que parece ter um foco muito grande em explicitar a frequência da violência contra a mulher e os danos causados nelas enquanto sujeitos, muito mais do que qualificá-la. Já o termo “pedofilia”, utilizado pela mídia hegemônica, parece ter a função de identificar, nomear e culpar indivíduos específicos, antes de entender a dimensão coletiva da violência.

- 18 Os dados trazidos até aqui sobre os relatos no *Twitter* demonstram que nosso vocabulário não só é defasado para reconhecer culturalmente certos hábitos (cantadas, buzinadas, elogios descontextualizados) enquanto agressões – atos que podem ser invasivos, constrangedores e inapropriados – necessitando, assim, de novas categorias, mas que existe a necessidade de politizar questões referentes à violência sexual. É evidente também que tais categorias não estão dadas, mas são passíveis de interpretação dos sujeitos: provavelmente muitas das mulheres que escreveram histórias que poderiam ser legalmente consideradas estupro, não as qualificam desta forma, mas apenas como “assédio” ou “abuso”. Considero aqui fundamental a premissa antropológica de levar a sério o que os interlocutores estão nos informando. Honneth (2003) argumenta que a relação entre reconhecimento político e direitos de minorias está profundamente relacionada e legitimada por instituições e pela opinião pública de situações de violência e violação. Deste modo, as narrativas que analisei enunciavam, sobretudo, sentimentos, deixando claro sofrimento, provocador de trauma. O que me chamou atenção foi a quantidade de relatos que não diziam nada a não ser as emoções acionadas em situações de violência.

“Se nós adultas nos sentimos um lixo, congelamos, imagina uma criança? se defender dessas coisas NÃO É FÁCIL. seja menas aí  
##PrimeiroAssédio”.

(relato em primeira pessoa da campanha)

“Lembro de montes de situações absolutamente humilhantes. Com parentes ou com desconhecidos... #primeiroassédio”.

(relato em primeira pessoa da campanha)

- 19 O aspecto do *indizível* é presente. Escolhi estes relatos para concluir meu argumento de que identidades e subjetividades estão sendo moduladas através de experiências traumáticas e depois renegociadas a partir de uma sociabilidade mediada por produtos culturais (*Masterchef*, *Twitter*, feminismos, contra-públicos). Mobilizar emoções é parte substancial dessas histórias. Falar de emoções faz parte de um delicado trabalho de autocriação, ao relatar a si próprio (Das, 2011). Faltarem determinadas palavras, para logo em seguida sobraem outras, é parte de um complexo processo de concepção de certas subjetividades. Elaborar coletivamente alguns sofrimentos é parte de algumas elaborações de gênero denunciadas pelo feminismo da campanha.

## Conclusão

- 20 Diferentes tipos de mídias articularam gênero e idade de diferentes formas, elegendo e construindo a condição da vítima dentro de um cenário de lutas por reconhecimento político e por direitos. Por um lado as mídias comerciais assumem um tom mais sensacionalista e acusatório da violência contra a mulher, ocultando o seu próprio papel em expor e sexualizar mulheres e crianças. Por outro lado, no processo de evidenciar uma violência não óbvia para a nossa sociedade, as narrativas analisadas no *Twitter* expõem também outras formas de violência que nem sempre são imediatamente visíveis na arena pública. Há, então, uma recíproca afetação entre sociedade e internet (Miller e Slater, 2004).
- 21 É possível então observar estratégias e mobilizações coletivas de movimentos feministas para pautar um problema público que tem reverberações que transbordam o ambiente do digital, concebendo categorias e atribuindo significados. A palavra “assédio” cabe num contexto de disputa por legitimação política da violência e de produção de identidades e subjetividades.

---

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Heloisa Buarque. 2013. “Mídia, Sociedade e Cultura”. In: H. Almeida, J. H. B. E Szwako (org.), *Local Global*. São Paulo: Editora Berlendis.
- ALMEIDA, Heloisa Buarque & MARACHINI, Laís Ambiel. 2017. “De médico e de monstro: disputas em torno das categorias de violência sexual no caso Abdelmassih”. *Cadernos Pagu* n. 50.
- ARIËS, Philip. *História Social da Criança e da Família*. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- AZEVEDO, Ana Carolina Braga. “Foi estupro ou apenas uma piada? Os embates midiáticos, políticos/militantes e judiciais em torno de um caso público.”. *Ponto Urbe*, São Paulo, n. 23, 2018.
- BUTLER, JUDITH. *Precarious Life: The Powers of Mourning and Violence*. London: Verso, 2004.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. “Violência, o corpo incircunscrito e o desrespeito aos direitos na democracia brasileira”, parte IV, cap. 9, In *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/ EDUSP, 2000.
- CARRARA, Sérgio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. *Mana* 21 (2). 2015.
- DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *Cadernos Pagu*, 37, 2011.
- FRASER, Nancy. 1990. “Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy”. *Social Text* n. 25/26.
- LINS, Beatriz Accioly. *Caiu na rede: mulheres, tecnologias e direitos entre nudes e (possíveis) vazamentos*. (Doutorado em Antropologia Social), USP, São Paulo, 2019.
- MOORE, Henrietta L.. “Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência”. *Cadernos Pagu*, n.14, p. 13-44, 2000

PARREIRAS, Carolina. 2008. Sexualidades no pontocom: espaços e (homo)sexualidades a partir de uma comunidade online. Campinas: Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, IFCH, Universidade Estadual de Campinas.

SARTI, Cynthia. 2011. “A vítima como figura contemporânea”. Caderno CRH v.24.

SCOTT, Joan. A Invisibilidade da Experiência. In: Proj.História, São Paulo (16), fev. 1998.

WILLIAMS, Raymond. 2016. “Televisão: tecnologia e forma cultural”. Minas Gerais: Editora PUC Minas, Boitempo.

## NOTAS

1. Na formatação deste texto todos os conceitos próprios da antropologia são escritos em itálico, ao passo que categorias êmicas aparecem entre aspas.
2. Aqui penso o *Twitter* enquanto uma mídia social nos termos de Miller e Slater (2004), diferenciando a plataforma de outras mídias digitais e que através da etnografia é possível avaliar diferentes usos e finalidades que os usuários dão à plataforma, para além do seu formato.
3. Originalmente, o *Masterchef* é uma produção da rede britânica BBC. No Brasil, é adaptado, produzido e exibido pela rede Bandeirantes de televisão, pertencente ao grupo Bandeirantes de Comunicação, que assim como outros grupos midiáticos brasileiros, é uma empresa familiar.
4. Escolho ocultar todos os nomes de interlocutores a fim de evitar um flanco de exposições. Ainda que o caso tenha sido extremamente divulgado na época, a maior parte dos interlocutores era menor de idade na época do ocorrido. Por isso, irei me referir aos interlocutores apenas por uma letra, como “M” para a menina em questão.
5. *Think Olga* é uma ONG criada em 2013, que atua em diversas plataformas digitais afim de divulgar informações: uma vez que seu lema é “informação é poder”, afirmando que sua proposta é empoderar mulheres através da acessibilidade da informação. Consta no próprio site da ONG: <https://thinkolga.com/sobre/> (acesso em 21/04/2020).
6. Explico brevemente a metodologia da pesquisa: foram analisadas 130 matérias jornalísticas de jornais digitais profissionais, publicadas até dezembro de 2015, em uma tabela onde qualifico quais categorias estão sendo mobilizadas nos textos. Em outra tabela, analisei 500 *tweets* que continham relatos em primeira pessoa indexados à hashtag da campanha, publicados até uma semana após a exibição do episódio que gerou polêmicas. Nessa tabela verifiquei o que estava sendo chamado de “assédio” e como essas narrativas foram construídas pelas autoras. Também me atentei aos marcadores sociais de geração, raça e escolaridade, sempre que possível nos perfis.
7. Novamente, oculto o nome de uma interlocutora.
8. Certamente essa visibilidade também se deu por outros fatores, como campanha anterior da *Think Olga*, “Chega de fiu fiu”. Sobre esta comparação entre as campanhas, ver o artigo de Heloisa Buarque de Almeida que também retoma o material empírico coletado no *Twitter* e na mídia comercial sobre ambas as campanhas, e ressalta a maior visibilidade pública do “meu primeiro assédio”: From Shame to Visibility: Hashtag Feminism and Sexual Violence in Brazil. *Sexualidad, salud y sociedad*, v. 33, 2019.
9. Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009, art. 123, que tipifica os crimes da dignidade sexual, vigentes desde 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm) (acesso em 30/04/2020).
10. O texto da lei de importunação sexual, sancionada em 2018, amplia os entendimentos do que é considerado violência sexual: “Tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro; altera para pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a

dignidade sexual; estabelece causas de aumento de pena para esses crimes; cria causa de aumento de pena referente ao estupro coletivo e corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais).”

---

## RESUMOS

O presente relato etnográfico visa compreender o uso da palavra “assédio” na campanha “meu primeiro assédio” que denunciou como mulheres estão expostas à violência de gênero desde muito cedo. Como a campanha aconteceu nas mídias sociais, sobretudo no Twitter, o texto também considera as interfaces entre gênero, mídias e feminismos. Partindo do entendimento de que assim como “mulher” é uma categoria relacional (que só faz sentido em seu contexto) também compreendo que as nomenclaturas de violência sexual, como “assédio” também são. Deste modo, a etnografia conclui que os diferentes contextos produzem diferentes entendimentos sobre a violência e diferentes qualificações de sujeitos. As mídias sociais então aparecem como uma ambientação específica para que certas relações sejam percebidas enquanto violência.

This research aims to understand the use of the term "harassment" in the campaign "first harassment" that disclosed how women are exposed to gender violence at an early age. As the campaign took place on social media, especially on Twitter, the text also considers the interfaces between gender, medium and feminisms. Based on the approach that as "woman" is a relational category (which only makes sense in context), so are classifications of sexual violence as "harassment". In this sense, ethnography concludes that different contexts produce different understandings about violence and different qualifications of subjects. Social media then appears as a specific setting for certain relationships to be perceived as violence.

## ÍNDICE

**Keywords:** gender, harassment, sexual violence, social medium and recognition

**Palavras-chave:** gênero, assédio, violência sexual, mídias sociais e reconhecimento

## AUTOR

**NICOLE CRISTINE BAUMGARTEN**

Mestranda em antropologia social, no PPGAS/Universidade de São Paulo. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. A pesquisa que fundamenta este artigo foi financiada com uma bolsa de iniciação científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) processo nº 2018/21667-7.

E :mail : nicole.baumgarten@usp.br